



## SUICIDE, RELIGION AND SOCIOLOGY ITS INTERFACES

**Abstract:** The following article has as its general objective the understanding of Suicide as a social phenomenon and its relationship with Religion from the methodological theoretical perspectives of sociology. The intention is to understand the possible interfaces that can be built between suicide and religion, as two institutionalized categories in our social reality. Bibliographic research in books, specialized websites, institutionalized secondary data were the main methodological paths used for the construction of this article. Suicide is therefore thought of as a Social Fact and by relating it to Religion, it is understood as one of the cultural and moral expressions that intensely show interest in reflecting and perceiving suicide with the attempt to present itself as a limit variable to it

**Keywords:** Suicide. Sociology. Religion.

### Introdução

As vertentes teóricas norteadoras para este artigo estão direcionadas por pensadores voltados às reflexões sociológicas a princípio e poderão se estender a outros. Toma-se como uma das referências conceituais norteadoras desta proposta de pesquisa a subjetividade inserida na perspectiva teórica metodológica de Max Weber, quando trata da ação social definida como uma “ação que, quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento dos outros, orientando-se por este em seu curso”. (WEBER, 2004, p. 3). O sentido possui, portanto, um papel essencial na linha de pensamento de Weber, sendo enfatizado seu caráter subjetivo. A religião, conforme a linha de pensamento de Max Weber constitui uma individualidade histórica rica e complexa, com possibilidades

de vários conteúdos e significados. Conforme cada religião tem-se a possibilidade de racionalização da conduta social. Pensa-se o Cristianismo, como uma religião ocidental, que desemboca essencialmente no ascetismo, onde os indivíduos participam dos processos do mundo, sendo um ascetismo negador do mundo ou um ascetismo orientado para o mundo, secular ou intramundano.

Outra perspectiva teórica escolhida como diretriz para este trabalho refere-se à de Pierre Bourdieu. Para Bourdieu, no social tudo é relacional. As implicações desse postulado teórico têm sido valiosas, na medida em que coloca o pesquisador em condições de perceber com maior rigor as características específicas dos objetos de estudo. A importância atual da sua sociologia está ligada a rupturas com as correntes intelectuais dominantes e uma confluência da herança legada pelos pioneiros da sociologia. Um dos seus conceitos centrais e fundamentais para o intuito principal desta proposta de pesquisa que é a discussão sobre o entendimento da relação entre suicídio e religião e suas vertentes sociológicas analíticas é o *Habitus*. Logo, um conceito em que se permite compreender a maneira como o homem se torna um ser social. Vejamos sua definição pelo autor:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposição duradouros e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente reguladas e regulares, sem ser em nada produto, coletivamente orquestradas sem ser o produto a ação orquestrada de um maestro. (BOURDIEU, 2003, p. 76)

A Religião compõe conforme Bourdieu (2003, p. 12-13) os sistemas simbólicos como estruturas estruturantes, pois, são já, sistemas estruturados na sociedade conjuntamente com suas ideologias. Estes sistemas simbólicos

[...] distinguem-se fundamentalmente conforme seja produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo: a história da transformação do mito em religião (ideologia) não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos religiosos, quer dizer do progresso da divisão do trabalho religioso, que é, ele próprio, uma dimensão do progresso da divisão do trabalho social [...]

As ideologias desenvolvidas, portanto, nos sistemas simbólicos são “duplamente determinadas: elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das fracções de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (...)”. (BOURDIEU, 2003, p. 13) No desenvolver destas ideologias, ocorre a imposição “de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas...” (BOURDIEU, 2003, p. 14). Portanto, os sistemas simbólicos possuem sua força respaldada ideologicamente em manifestações de formas “irreconhecíveis de relações de sentido”. (BOURDIEU, 2003) Disto resulta a aplicação, conforme o mesmo autor, do poder simbólico, poder subordinado e irreconhecível, assumindo o caráter de violência simbólica, desconhecida por quem a recebe como uma violência, dispostas em formas variadas de imposição de ideias preconcebidas ou crenças estabelecidas.

Numa discussão preliminar pode-se indicar a religião como um dos elementos que participa do habitus dos indivíduos<sup>3</sup>, já que, a própria é um sistema institucionalizado de valores e normas que são inculcadas ou não no ou pelo indivíduo e devolvidas por ele à sociedade, podendo ser reformuladas ao longo de sua vida. A partir disso hipotetiza-se: caso a religião esteja consolidada em algum momento no habitus do indivíduo, qual o nível de estruturação esta religião possui para este indivíduo? A religião pode ser percebida como um poder simbólico, expresso como uma violência simbólica, a qual em sua essência está mascarada nas relações as quais os indivíduos participam?

Uma próxima tendência teórica, a qual se pretende apropriar-se está relacionada à de Emile Durkheim que procura em suas construções teóricas, comprovar os princípios que fundamentam sua concepção de sociedade, sendo para ele, a soma dos indivíduos que a constituem, não tendo valor moral superior à soma do valor moral de cada um de seus elementos.

No pensamento deste autor, a moral ocupa um papel essencial na construção desta consciência coletiva, ao ser “um sistema de normas de conduta que prescrevem como o sujeito deve conduzir-se em determinadas circunstâncias”. (QUINTANEIRO, 2009) A religião é inserida nesta perspectiva, pois é na visão Durkheimiana constituída por um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas, crenças comuns a todos aqueles que se unem numa mesma comunidade moral chamada Igreja. Dessa forma “é a sociedade, então, que envolve os indivíduos nos fenômenos religiosos e que,

---

<sup>3</sup> Os indivíduos referem-se aos indivíduos que tiveram ideação suicida, tentativa de suicídio e/ou praticaram o suicídio.

por meio dos ritos, torna-se mais viva e atuante nas suas vidas. Os homens sentem que algo fora deles renasce desperta: é a parcela do ser social contida em cada um que se renova”. (QUINTANEIRO, 2009, p. 96) A religião representa a própria sociedade idealizada, reflete as aspirações para o bem, o belo, o ideal e também incorpora o mal, a morte, e mesmo os aspectos mais repugnantes e vulgares da vida social. Ao exteriorizar sentimentos comuns, as religiões são também os primeiros sistemas coletivos de representação do mundo – cosmologias. A ideia de sociedade é a alma da religião, sendo uma expressão resumida da vida coletiva.

Os fenômenos religiosos segundo Durkheim (1996) se fazem de duas formas: crenças, que são estados de opinião, representações, e os ritos, que exprimem modos de conduta. Aqui, entendemos a religião como fenômeno social e antropológico. A sociedade envolve os indivíduos no fenômeno religioso e por meio dos seus ritos, tornam estes indivíduos mais ativos e atuantes. Nesta perspectiva, a vida coletiva se organiza em potentes bases morais uma vez que o homem se direcionará por forças ocultas.

Concomitante aos fenômenos religiosos tem-se o desenvolvimento de um fenômeno cada vez mais crescente – o suicídio – que por sua vez, é temática muito debatida por este sociólogo, o qual nos orienta como sendo todo caso de morte que resulte direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, sabedora de que devia produzir este resultado (DURKHEIM, 1982). É um ato conforme o mesmo autor, resultado de uma sociedade que perdeu seus valores tradicionais, seus objetivos, sua identidade.

A religião e o suicídio, portanto, são dois acontecimentos ocorridos em sociedades pelo envolvimento dos indivíduos. Ten-

do em vista este pensamento é possível se pensar com se dá a estruturação do indivíduo na sociedade. A educação é apontada por Rodrigues (2007) como um elemento da vida social responsável pela organização da experiência dos indivíduos na vida cotidiana, pelo desenvolvimento de sua personalidade e pela garantia da sobrevivência e do funcionamento das próprias coletividades humanas. Ela está, portanto, inserida na formação humana. O mesmo autor indica a religião como elemento que possui função social fundamental e está constituída na estrutura social: desenvolver moralidade no indivíduo que é membro de uma determinada sociedade. Cientificamente olhada assim, vislumbramos nas práticas dos indivíduos uma realidade: são muitos aqueles que cada vez mais se integram a uma religião. E a grande questão se levanta: como a religião tem se relacionado com as práticas humanas que contrariam a vida, sendo esta, num olhar sociológico, formadora de moral social.

Pois bem, nisto indagamos: Tendo a religião um papel moral na formação do indivíduo, como contemporaneamente a religião tem participado em sua formação? A religião possui força para limitar o desejo, a tentativa ou mesmo o ato consumado do Suicídio no indivíduo? O indivíduo participante de uma determinada religião possui interferências desta em suas formações ética, educacional e moral? Como se dá esta interferência? Existe autonomia nesta relação? Até que ponto a religião contribui nesta formação? Podemos atribuir à religião um papel social? Qual relação pode ser pensada entre a religião e as novas proposições de sociedade e comportamentos das realidades modernas emergentes? Tendo em vista novos acontecimentos na realidade social

como atitudes que levam a morte, qual relação pode ser compreendida entre a religião e a proposta de construção da vida humana? Se há interferências religiosas, como explicar o aumento de práticas humanas de aversões à vida: do eu e do outro? Podemos tratar a ideação, tentativa e o suicídio como formas de violência? Qual ou quais sentidos pode-se verificar no indivíduo que pensou, tentou e/ou praticou o ato do suicídio? A religião interrompe ou tenta interromper estes processos por meio de algum processo regulatório ou racional?

Justifica-se a pesquisa em desenvolvimento, inicialmente pela intenção em refletir sobre o Suicídio, um ato que vem se naturalizando ao longo do tempo e com índices intensificados particularmente na região centro-oeste brasileira. O desejo desta intenção foi motivado por observações preliminares, especialmente entre discentes, dentre os quais obteve-se proximidade em atividade da docência do Ensino Superior, as quais pelas experiências puderam ser verificadas de perto, via sala de aula, de discentes ora com desejos constantes de morrer, ora desenvolvendo tentativas de morrer e ora morrendo de fato. Trata-se de um assunto difícil, tenso de se discutir. Percebe-se que falar sobre suicídio ainda é muito difícil para muitos, ou por preconceito, por medo ou por outros motivos. Considera-se uma discussão importante como forma de tratar a temática de forma científica e cada vez mais isenta de análises apaixonadas, emotivas ou intuitivas apenas, além de expressar a importância de se pensar na morte relacionada ao modo como vivemos. O foco principal para este artigo, justifica-se pela necessidade do entendimento acadêmico e científico do ato do suicídio, abordando a sua relação com a religião e sua compreensão pelas reflexões sociológicas.

## 1 Metodologia

Metodologia de forma ampla é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática. Indica os caminhos que serão percorridos para se alcançar os objetivos da pesquisa e responder aos problemas levantados. (PIETRAFESA, 2006). Utilizou-se para este artigo, a pesquisa bibliográfica, numa perspectiva dialética de raciocínio.

A pesquisa teve como orientação teórica metodológica algumas vertentes sociológicas clássicas e contemporâneas. Inicialmente a partir do pensamento mais voltado para a compreensão da Estrutura enquanto principal categoria de explicação da sociedade e de seus fenômenos, muito absorvido e estruturado por Émile Durkheim. Nesse sentido, o fenômeno suicídio e a religião poderão ser analisados numa perspectiva objetiva e holística, levando em conta a estrutura social como elemento primordial sobre o indivíduo e suas condutas.

Logo, metodologicamente, pôde-se pensar a religião e o suicídio pelo direcionamento fundamentado em Max Weber, em sua construção da sociologia compreensiva, atentando-se para o entendimento das ações dos indivíduos através das suas motivações, bem como, para a apreensão da racionalidade desenvolvida pela religião e até pelo indivíduo desejoso do ato suicida, que tenha tentado ou que já tenha o efetivado. O subjetivismo, o significado, a racionalidade e o sentido, são modelos epistemológicos referenciais neste autor, o qual será apropriado para esta proposta de pesquisa.

Outra concepção metodológica foi a de Pierre Bourdieu, numa discussão contemporânea, que relaciona tanto a estrutura (so-

cidade) quanto o indivíduo (ação) como categorias que dialogam entre si na compreensão dos fenômenos sociais. Sua produção intelectual, desde a década de 1960, vem se destacando no cenário acadêmico, por conter uma grande variedade de objetos e temas de pesquisa. Crítico dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, Bourdieu construiu um importante referencial epistemológico no campo das ciências humanas ao pensar a sociedade a partir de alguns conceitos, como de habitus, campo, poder e violência simbólica, observados nas práticas mais insignificantes da vida cotidiana, os quais podem ser compreendidos na relação entre os fenômenos suicídio e religião desenvolvidos pelos indivíduos, definidos para esta pesquisa.

## **2 Suicídio: Região Centro-Oeste brasileira**

Segundo dados<sup>4</sup> sobre as taxas de suicídios nas regiões brasileiras, o crescimento médio nacional de suicídios, entre 2010 e 2014, foi de 13%. Acima da média nacional ficaram 11 estados e 16 abaixo, incluindo o Distrito Federal e o crescimento da taxa de suicídios, por região, em cinco anos se configura da seguinte forma: região Centro-oeste - 16,91%; Região Sudeste – 14,64%; Região Nordeste -12,7%; Região Norte – 13,02%; Região Sul – 7,89%. Quanto ao crescimento das taxas de suicídio, a região centro-oeste está em liderança. Outra realidade que se tem é o aumento do suicídio na região centro-oeste por especificidades na população indígena, por exemplo, como demonstrado pelo sociólogo Julio Jacobo Waisel-

---

<sup>4</sup> **Marília Menegassi Velloso.** Suicídio. Disponível em: <http://www.mariliamenegassivelloso.com/426490685>. Acesso em: dez de 2018.

fisz<sup>5</sup>, criador do Mapa da Violência que, aponta os Estados do Centro-Oeste e Norte em que a taxa de suicídio de jovens é maior, num fenômeno que os especialistas costumam associar aos suicídios entre indígenas: Mato Grosso do Sul (13,6) e Amazonas (11,9).

A partir de dados dispostos no Perfil de suicídios em município da Amazônia Legal<sup>6</sup>a taxa média de suicídios no período de 2004 a 2010 entre as Regiões do Brasil apresentam se com variações sendo a região sul com maiores índices: taxas de 7,9 na Região Norte (Tucuruí e Parauapebas), 10,9 e 10,1 no Nordeste (Tanguá e Araripina, respectivamente), 10,1 e 9,7 no Centro-Oeste (Três Lagoas e Cáceres, respectivamente), 11,6 e 11,2; 11,6 e 11,2 no Sudeste (Curvelo e Três Corações, respectivamente) e 23,8 e 18,1 na Região Sul (Venâncio Aires e Lajeado, respectivamente). Em outras pesquisas<sup>7</sup> confirma-se que, os maiores índices de suicídio estão nas regiões Sul e Centro-Oeste.

---

<sup>5</sup>Fernanda da Escóssia. Crescimento constante: taxa de suicídio entre jovens sobe 10% desde 2002. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39672513>. Acesso em dezembro de 2018.

<sup>6</sup> Marín-León L, Oliveira HB, Botega NJ. Suicide in Brazil, 2004-2010: the importance of small counties. *Rev Panam Salud Publica*. 2012; 32(5):351-9.<http://dx.doi.org/10.1590/S1020-49892012001100005>. PMID:23338692. In: Erick de Sousa Silva1; Jair Marques Junior; Eliane Aparecida Suchara. Perfil de suicídios em município da Amazônia Legal. *Cad. Saúde Colet.*, 2018, Rio de Janeiro, 26 (1): 84-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v26n1/1414-462X-cadsc-26-1-84.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

<sup>7</sup> Magid Calixto Filho; Talita Zerbini. Epidemiologia do suicídio no Brasil entre os anos de 2000 e 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/134006-Texto%20do%20artigo-257773-2-10-20170630.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

Avimar Ferreira Junior. O comportamento suicida no Brasil e no mundo. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277130341\\_O\\_comportamento\\_suicida\\_no\\_Brasil\\_e\\_no\\_mundo\\_The\\_suicidal\\_behavior\\_in\\_Brazil\\_and\\_in\\_the\\_world](https://www.researchgate.net/publication/277130341_O_comportamento_suicida_no_Brasil_e_no_mundo_The_suicidal_behavior_in_Brazil_and_in_the_world). Acesso em dezembro de 2018.

Institucionalmente ações são estruturadas, sem questionar-se a real efetividade das mesmas. O Ministério da Saúde<sup>8</sup> lançou em 2006 a Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006, que institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio. Ainda em 2006, lançou o Manual dirigido aos profissionais das equipes de saúde mental. Em 2011, pela Portaria nº 3088/2011, foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A Portaria nº 1271, de 06 de junho de 2014, a qual define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, torna as tentativas de suicídio e o suicídio agravos de notificação compulsória imediata em todo o território nacional. A Portaria nº 3.479, de 18 de dezembro de 2017, instituiu o Comitê Gestor para elaboração de um Plano Nacional de Prevenção do Suicídio no Brasil em consonância com as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio e com as Diretrizes Organizacionais das Redes de Atenção à Saúde.

Outra Portaria Nº 3.491, de 18 de dezembro de 2017 institui incentivo financeiro de custeio para desenvolvimento de projetos de promoção da saúde, vigilância e atenção integral à saúde direcionados para prevenção do suicídio no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS).

Há uma parceria, desde 2015 do Ministério da Saúde com o Centro de Valorização da Vida (CVV), instituição voltada ao apoio

---

<sup>8</sup> Ministério da Saúde. Prevenção do suicídio: sinais para saber e agir. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/suicidio>. Acesso em dezembro de 2018.

emocional por meio de ligação telefônica para prevenção de suicídios. Em 2017 a parceria foi ampliada, tendo sido assinado um novo Acordo de Cooperação Técnica, que prevê a gratuidade das ligações ao CVV em todo o território nacional. Em setembro de 2017, o Ministério da Saúde lançou o Boletim Epidemiológico 2017 e a Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil 2017-2020.

Frente à realidade apresentada através de alguns dados a respeito do cenário do Suicídio na região Centro-Oeste até 2016, percebeu-se que se trata de um objeto de grande complexidade analítica, pois, apresentam-se várias motivações e possibilidades para que se realize. Para fins deste trabalho, o Suicídio, fato real existente entre nós, é refletido à luz das percepções sociológicas e outras, já que, temos tanto elementos psíquicos como sociais: culturais, econômicos, políticos, financeiros, como incentivos. Ainda, neste trabalho, a religião é uma categoria que está sob análise no sentido de, verificar em que medida ocorre sua relação com o Suicídio, levando em conta a sua ideação e a tentativa, bem como, a compreensão da qualidade desta relação. O viés interdisciplinar para as reflexões nesta pesquisa é fundamental.

Iniciamos com a percepção sobre o suicídio por Meleiro e Bahls (In: MELEIRO, TENG E WANG, 2004) os quais apontam que na França em 1734 a palavra suicídio foi utilizada pelo abade francês Desfontaines para designar o assassinato ou a morte de si mesmo. Ainda cita Sheneidman (1986) que atribui à palavra suicídio seis dimensões de significado: a iniciação do ato que deflagrou a morte; o ato em si que levou a morte; o desejo ou a intenção de autodestruição; a perda da vontade de viver; a motivação para estar morto e o

conhecimento do potencial do ato de levar a morte. Indicam que a Associação de Psiquiatria Americana (APA) definiu o suicídio como a morte auto-infligida, porém requer que a mesma seja acompanhada de evidencia tanto explícita quanto implícita, de que a pessoa pretendia morrer. Uma percepção de difícil constatação, posto que, muitas vezes, não se saberia de fato, qual foi o real motivo pelo qual o indivíduo cometeu o ato.

Outros pensadores, Wang e Kurcgant (In: MELEIRO, TENG E WANG, 2004) descrevem que no pensamento grego, com as percepções de Platão e Aristóteles, o suicídio não era bem-vindo, pois, estes filósofos consideravam o homem como ser social, membro da comunidade, não devendo agir por seus interesses, mas desempenhar papéis na Cidade. Na sociedade romana o suicídio está entre uma hostilidade criada e uma admiração por considera-lo uma manifestação de liberdade do indivíduo, permitindo-o escapar aos abusos do poder tirânico. Soldados e escravos na Roma antiga ficavam proibidos de praticar o suicídio. O império romano, portanto, agia com condenação ao suicídio.

De acordo com Dias (1991, p. 39) durante o período da Antiguidade, o suicídio era realmente punido de forma severa e em Tebas e Chipre aquele que morria por suicídio não tinha direito aos rituais fúnebres. Em Atenas durante século IV, a mão direita do indivíduo que cometia suicídio era cortada e enterrada longe do corpo com a intenção de evitar uma possível vingança do morto. Assim acreditava dismantelar o poder e capacidade de assinar os vivos. Ainda neste século Santo Agostinho atesta o suicídio como algo demoníaco e uma perversão detestável, já expressa pela bíblia no não matarás, subentendido como não matarás também a si próprio. Dias (1991)

descreve que em Roma, casos de enforcamentos não teria direito à sepultura. A Igreja Católica reprimia, portanto, o suicídio.

Na Idade Média, conforme os mesmos autores, o suicídio realizou-se também pelos aristocratas, cavaleiros e clérigos como forma de se livrar da humilhação e provocar frustração ao infiel com o seu triunfo; era praticado pelos camponeses e artesãos que se enforcavam para escapar da miséria e do sofrimento. Compreende-se que o sentido da busca pelo suicídio e de sua finalização segue diferenciada, conforme a vida e realidade de cada indivíduo.

Entre os séculos V e X, a hostilidade ao suicídio intensificava-se, vindo tanto da Igreja – com sua moral cristã - como dos senhores feudais, sendo que, ambos necessitavam dos escravos e colonos vivos, como força de trabalho. Nesse sentido, a Igreja passa a conduzir a existência humana e ao mesmo tempo, direciona o recuo da liberdade humana. Entre os séculos XI e XIV teremos uma sistematização das bases teológicas sobre a interdição ao suicídio. Muitas penalidades são colocadas àqueles que praticarem o ato como forma de prevenção: a ideia era de que o cadáver do suicida seria possuído pelos maus espíritos e dessa forma deveriam proceder a rituais com o intuito de paralisar o corpo do morto e mutilá-lo para assim torná-lo impotente, como na França em Lille, o morto era ser arrastado até a forca e depois pendurado, caso homem e mulher era queimada.

Verifica-se até este momento da história a rejeição explícita ao ato do Suicídio, muito intensificada também, pelo desejo da Igreja. Lutero percebe o suicídio como um crime cometido diretamente pelo diabo sobre um homem e Calvino concorda com a interdição do suicídio. Na Inglaterra, Anglicanos e Puritanos trazem a versão diabólica ao suicídio. Já no século XVI, muitos juristas começam a

exigir relatórios mais detalhados das mortes dos suicidas, relativo ao lugar em que morreu, sobre a vida deste morto, seus hábitos e das razões que o levaram a praticar o ato. Vê-se que a compreensão sobre o suicídio sinaliza algum início de mudança.

A fase do Renascimento traz consigo inquietações que contribuíram para a emergência do suicídio. Serão questionamentos, dúvidas, expressas pelo capitalismo que possibilitará maior liberdade do indivíduo em suas escolhas; trará o aumento do isolamento e declínio das práticas corporativistas e comunitárias; o protestantismo estimulará a reflexão religiosa pela interpretação pessoal das escrituras; as atividades econômicas ficaram fragmentadas e o profissional mais solitário em sua função. Alguns intelectuais e médicos analisaram o suicídio, nesta época, a partir da melancolia apenas. Este pensamento levanta a ideia do suicídio como uma doença e não um pecado satânico. Agora, percebe-se uma fase de dessacralização e despenalização do suicídio junto ao contexto da Reforma Protestante e pensamentos modernos, bem como, às inserções de pensamento provocadas pelos ditos de uma tragédia sobre HAMLET, príncipe da Dinamarca, em uma peça escrita entre 1559 e 1601 por Wilhian Shakespeare. Todo este contexto provocou reações por parte das autoridades religiosas, morais e judiciais. (WANG E KURCGANT In: MELEIRO, TENG E WANG, 2004)

A história continua e desenvolvem-se condenações mais rígidas por parte de teólogos, católicos e protestantes, isto no século XVII. Os jesuítas desenvolveram a casuística, o antídoto da dúvida, dos estados de alma e dos problemas de consciência. Torna-se pecado mortal matar-se por cólera, por impaciência, por vergonha, por pobreza, por infortúnio, por espírito de martírio ou por desgos-

to da vida. O suicídio novamente volta a ser associado a pecado e ofenda a vida. Há a instauração do medo pela religião vindos da Reforma e da Contra-Reforma. Concomitante e gradativamente algumas explicações dadas pelos médicos e autores trazem aos suicídios menos causas demoníacas ou sobrenaturais. Neste período a internação passa a ser utilizada e a fim de prevenir novas tentativas e muitos que tentavam o suicídio, são fechados em gaiolas de verga com as mãos amarradas, conforme relatam os autores, Wang e Kurcgant (In: MELEIRO, TENG E WANG, 2004) citando Foucault (1978) em suas referências.

Muitos tratados desde 1960, na Europa principalmente na Inglaterra favoráveis ou hostis ao suicídio foram editados. Na Inglaterra ocorreu o aumento no número de suicídios, e este foi explicado por vários fatores, dentre eles: progressos da estatística. A população começa a se familiarizar com este cenário a partir da divulgação da imprensa, que transforma o suicídio em algo humano, resultado de circunstâncias sociais e psicológicas. Este aumento ocorre também na França e a constatação é de que o crescimento do suicídio teve muito haver com o próprio capitalismo, dada suas características implantadas: individualismo, isolamento dos indivíduos, falências, bem como houve o crescimento dos miseráveis, doenças e guerras. O contexto que se instala é de ideias e movimentos contrários, especialmente vindos das morais religiosas tradicionais à mudança de compreensão sobre o suicídio. Ainda avança o pensamento de que o suicídio é um caso de loucura, ou de mau funcionamento fisiológico, e estaria mais ligada a medicina do que à justiça ou religião. No século XVIII, outros motivos começam a ser pensados e incentivados pelos movimentos filosóficos, ao ato do suicídio: a morte é

apresentada como resultado da recusa da vida, a partir do momento em que a vida oferece mais sofrimentos do que alegrias. Com a Revolução Industrial tem-se motivos que possibilitam o crescimento do suicídio, há o enfraquecimento das ligações sociais tradicionais e da religião; a emancipação do indivíduo, cujo isolamento é crescente e o desenvolvimento das flutuações econômicas. A medicina, neste período, século XIX utiliza o tratamento moral, baseado na punição para tratar a propensão ao suicídio: sedativos morais, cadeira de forças, fome, ameaças, sede. Ao final do século XIX, muitos contrários a uma percepção mais ampla do suicídio começam a aceitar definições mais abrangentes, inclusive aquelas que abarcam as potenciais causas sociais. (WANG E KURCGANT In: MELEIRO, TENG E WANG, 2004)

Feito o trânsito pelo contexto histórico do desenvolvimento do suicídio pelas sociedades e como era compreendido por algumas religiões, pela ciência e pela sociedade, adentra-se em epistemes sociológicas e outras reflexões sobre o suicídio e religião. Iniciamos com Émile Durkheim, sociólogo francês, o qual tem sua produção intelectual muito marcada dentre várias concepções, pelo positivismo, método positivo apoiado na observação, indução e experimentação, como faziam os cientistas naturais, por ora, usado para compreender os fenômenos sociais.

Este pensador vivencia o contexto de uma Europa em guerras com possibilidades de modernização, sendo sua produção uma expressão deste cenário, de muitas desestabilizações e mudanças, entre valores e instituições sendo corroídos, mudados e outras formas emergentes surgindo sem uma real configuração. Produz a delimitação do objeto próprio da Sociologia, chamando-o de Fatos

Sociais, que são: “Toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 1999). O fenômeno do suicídio tal como visto anteriormente pode ser analisado como sendo um Fato Social, pois, permite-nos colocá-lo numa posição de acontecimento Geral, passível de exercer coercitividade sobre as pessoas e dotado de vida própria, tendo em vista seu crescimento. É definido por Durkheim como: “todo caso de morte que resulte direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, sabedora de que devia produzir esse resultado” (O SUICÍDIO, 1982, p 16).

O fato Suicídio é compreendido por este sociólogo como um fato *sui generis*, ou seja, um fato novo com unidade e individualidade, com natureza própria, considerando não somente um suicídio, mas um conjunto de suicídios realizados em dada estrutura social durante um dado espaço de tempo. (O SUICÍDIO, 1982). Atribui seu resultado a fatores de origem social chamadas de correntes suicidogêneas, estímulos que irão atuar sobre os indivíduos, exortando-os, exigindo-lhes ou possibilitando que procurem a própria morte. Para este autor, com base em exames de estatísticas europeias, a evolução do suicídio se deu por ondas de movimento que constituíram taxas nacionais constantes durante longos períodos, embora pudessem variar de uma sociedade para outra. (QUINTANEIRO, 2011).

As causas imediatas do Suicídio serão ressonâncias do estado moral da sociedade, sendo, portanto, objetivas, exteriores aos indivíduos, são tendências coletivas, forças tão reais quanto as forças

cósmicas, embora de outra natureza. A coesão dos indivíduos pelas Instituições, sua intensidade no laço moral construído em seu grupo religioso, a solidez dos laços que a unem à sua família, ou mesmo a força dos valores e sentimentos que a vinculam à sociedade política, contribuem para preservá-la de cometer o Suicídio. Nesse sentido, estas instituições podem exercer sobre o fato Suicídio uma influência moderadora. Exercem função como uma barreira de proteção. O autor considera, por exemplo, que os grupos religiosos minoritários, que precisam lutar contra a hostilidade e intolerância de outros, acabam por exercer controle e disciplina mais severos e, portanto, submetem seus membros a uma maior moralidade, o que faz a taxa de suicídio reduzir. (QUINTANEIRO, 2011).

Em suas pesquisas, quando em 1897 Durkheim publica o seu estudo sociológico sobre O Suicídio, que parte do pressuposto da concepção psiquiátrica que predominou no século XX sobre o suicídio não veio sendo confirmada entre historiadores contemporâneos, sendo muitos estudos considerados confusos, tendenciosos e contraditórios, o fenômeno do suicídio deixa de ser visto de fato como relacionado apenas a problemas psíquicos e olhado como um ato que terá várias motivações e dependerá da situação de cada indivíduo. Nesse sentido expressa que,

De fato, que existe para cada grupo social, uma tendência específica ao suicídio que nem a constituição orgânico-psíquica dos indivíduos nem a natureza do ambiente natural explicam. Resulta disso, por eliminação que essa tendência deve depender de causas sociais e constituir por si mesma um fenômeno coletivo. (DURKHEIM, O SUICÍDIO, 1982, P 106)

A integração desenvolvida na sociedade mantém os indivíduos sob sua dependência, não permitindo a estes indivíduos viverem

conforme a si mesmos e aos seus únicos interesses. A sociedade coloca-se com uma força coletiva que será um obstáculo ao indivíduo. Caso o indivíduo se distancie desta dependência, e o laço que o une à sociedade se afrouxe, poderá desenvolver uma individualização e um dos tipos de suicídio, chamado egoísta. Elementos como, a depressão, a melancolia, sensação de desamparo moral, provocados pela desintegração social tornam-se, segundo Durkheim causas deste suicídio. Assim o caracteriza:

Quanto mais se enfraqueçam os grupos sociais a que ele pertence, menos ele dependerá deles e cada vez mais, por conseguinte, dependerá apenas de si mesmo para reconhecer como regras de conduta tão somente as que se calquem nos seus interesses particulares. Se, pois, concordamos em chamar de egoísmo a esta situação em que o ego individual se afirma com excesso diante do eu social e em detrimento deste último, poderemos designar de egoísta o tipo particular de suicídio que resulta de uma individuação desmedida. (DURKHEIM, O SUICÍDIO, 1982, p, 162)

O mesmo autor nos sinaliza que se numa situação de individuação excessiva leva-se ao suicídio, uma individuação insuficiente produz os mesmos efeitos, ou seja, o indivíduo desligado da sociedade se mata facilmente e em contrapartida o indivíduo integrado demais a ela se mata também. (DURKHEIM. O SUICÍDIO, 1982). Quando a condição última ocorre realiza-se o Suicídio Altruísta. Em sociedades mais inferiores, os suicídios mais comuns eram os Altruístas, aqueles cometidos por pessoas enfermas, ou velhas, viúvas, fiéis, servidores com o falecimento de seus chefes, ou atos heroicos durante guerras ou convulsões sociais. Este tipo de suicídio seria uma espécie de dever, caso não cumprido, traria a ideia da desonra, com punição e teria a perda da estima pública ou castigos religiosos. Interessante que neste tipo de suicídio expresso por Emile

Durkheim, o ego do indivíduo não lhe pertence mais, mas pertence a um dos grupos que ele faz parte: Família, Estado ou a Igreja.

Um último tipo de suicídio apontado pelo sociólogo francês é o suicídio anômico, onde as sociedades, suas regras, deixam de estarem presentes de forma satisfatória para regular as paixões individuais, deixando-as correr frouxas. Suicídio muito característico das sociedades modernas. (DURKHEIM. O SUICÍDIO, 1982).

Compreende-se em Durkheim que na construção do seu pensamento sociológico há uma ênfase e absorção da moral como essencial para a integração dos homens à vida coletiva: a moral “força o indivíduo a contar com seu próximo, a regular seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos de seu egoísmo, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosos e fortes estes laços” (QUINTANEIRO, 2011, p. 87). Para tanto, o suicídio nesta perspectiva teórica pode ser compreendido a partir da intensidade ou não da moralidade presente no indivíduo. A moral é um elemento nestes termos de possibilita a análise do Suicídio como ato consumado ou não, ou seja, as paixões humanas só se detêm frente a um poder moral que elas respeitem. Freud (1996) nos passa a reflexão sobre a moral relacionada às imposições que a Civilização proporá ao indivíduo ao compreender que, as pessoas acabam por obedecer às proibições culturais pela coerção externa aplicada, e é exatamente esta a eficácia da coerção: quando fica temida, quando “ao que é conhecido como sendo as exigências morais da civilização, que, do mesmo modo, se aplicam a todos”. (FREUD, 1996, p. 21)

A sociedade moderna produz a redução na eficácia dos laços morais entre Família, Religião e Estado, e indivíduos, cedendo lugar às relações e ligações mais profissionais, conforme a divisão do

trabalho e industrialização, características marcantes das sociedades modernas. A Família e a Religião deixam de possuir uma influência na vida privadas destes indivíduos, bem como, o Estado se mantém distante. Com a diversidade de correntes religiosas, as próprias religiões ficam menos eficazes na subordinação do indivíduo a uma moral sagrada, ao não subordiná-lo totalmente numa fidelidade ao sagrado, deixando este indivíduo submisso mais às profissões, as quais adquirem uma conotação importante em sua vida social. (QUINTANEIRO, 2011). Nesta perspectiva, a saída analítica encontrada por Durkheim seria justamente, que a corporação ou o grupo profissional sucedesse a família nas funções econômicas e morais que ela se torna cada vez mais incapaz de preencher.

Outro pensador, Karl Marx nos ampara com distinta forma de entender o fenômeno do Suicídio, apontando-o como uma “classificação dos males da sociedade burguesa moderna” (2006) retirada da publicação de um artigo enquanto esteve exilado em Bruxelas – Peuchet: sobre o suicídio, composto em sua maior parte de uma seleção e tradução das Memórias de Jacques Peuchet, ex-arquivista policial francês, o qual nos apresenta uma “crítica social francesa às condições de vida moderna, sobretudo às relações privadas de propriedade e às relações familiares” (MARX, 2006, p. 15). O suicídio seria um sintoma de uma sociedade doente com necessidades de transformações radicais:

A sociedade moderna escreve Marx citando Peuchet, que por sua vez cita Jean-Jacques Rousseau, é um deserto, habitado por bestas selvagens. Cada indivíduo está isolado do demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre elas como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosas, de guerra de todos contra todos, somente resta ao indivíduo é

ser vítima ou carrasco. Eis o contexto social que explica o desespero e o suicídio. (MARX, 2006, p. 16).

Peuchet citado por Marx menciona o desemprego, os baixos salários, a miséria, como elementos motivadores do Suicídio na sociedade capitalista, mas, a crítica vai além da exploração econômica desenvolvida por esta sociedade, se refere também ao caráter ético e social produzido por ela:

As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente, as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido são muito seguramente razões de suicídio para as pessoas de um meio social mais abastado, e até o próprio amor à vida, essa força energética que impulsiona a personalidade, é frequentemente capaz de levar uma pessoa a livrar-se de uma existência detestável. (MARX, 2006, p. 16).

Compreende-se aqui uma reflexão sobre a realização do Suicídio voltada para circunstâncias externas ao indivíduo que pode afetar não somente classes desfavorecidas economicamente, mas todas elas, pois, não se tratam apenas da desestrutura financeira, mas de variados elementos que ao surgir da sociedade moderna iram propiciar a produção de comportamentos humanos suicidas.

Karl Marx continua suas análises também sob um olhar às mulheres em casos de suicídios, vítimas do patriarcado, nas palavras de Peuchet, sendo um dos casos, de uma jovem que é levada ao suicídio por seus pais, ilustrando a brutal autoridade do *pater* e *mater* – famílias. Esta passa a noite anterior a seu casamento fora de casa com seu noivo, logo, comete o suicídio se afogando, pois, fica envergonhada de seus pais que a recebem pela manhã do outro dia furiosamente. Marx denuncia “com veemência a covarde vin-

gança dos indivíduos atualmente forçados à submissão na sociedade burguesa, contra os ainda mais fracos que eles”. Em outro caso de uma mulher grávida entra “em conflito com as sacrossantas regras da família patriarcal e é levada ao suicídio pela hipocrisia social, pela ética reacionária e pelas leis burguesas que proíbem a interrupção voluntária da gravidez”. (MARX, 2006. P. 18-19) Para além destas situações envolvendo mulheres em que o Suicídio é motivado por reais movimentos de assujeitamento às morais diversificadas, Karl Marx traz à tona o caso masculino de suicídio, porém, como o mesmo fator motivador expresso em componentes sociais. Um homem, afastado do trabalho, entra em desânimo e se mata. Há no seu bolso bilhete com algumas informações: “sua mulher era uma pobre costureira; suas duas filhas, 16 e 18 anos trabalhavam com ela”. (MARX, 2006. p. 49)

Continuando as reflexões sobre as causas como sendo sociais do Suicídio, Carneiro (2013) observa o suicídio muito associado com a depressão, separações, fracassos na escola ou no trabalho, olhado como um recurso frente ao problema enfrentado, como o ocorrido de caráter histórico com a alta taxa de suicídios na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão que sucedeu a queda da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. Muitos pesquisadores apontaram outras causas para tal ato: aumento da expectativa de vida de idosos, com doenças; pressões sobre jovens estudantes com a perda de suas raízes; solidão, perda do sentido da vida.

Tanto durante o desenrolar histórico da humanidade, quanto em Durkheim, como em Marx, Carneiro, é possível verificar o Suicídio emergente de questões psíquicas, mas também expressivamente sociais, e muito relacionado com o nível de moralidade desenvolvida

pelo indivíduo na sociedade. Nos casos relatados acima se entende que, as mulheres por saberem da moral presente, reinante e legítima na sociedade, não suportaram serem confrontadas expostas a ela, ou seja, contrariaram as regras estabelecidas ou pela família ou pela Igreja e não conseguiram rebeldiar-se contra e seguir adiante, ao contrário, se matam, como uma expressão de encarnarem a coerção e o peso que a moral impõe aqueles indivíduos que não a absorvem, deixando para os que ficam a sensação de culpabilidade de si mesmo ou de quem os pressionou, ou de honra cumprida, ou de obediência, relativo a cada situação. O triunfo e peso da moralidade estão inseridos de alguma forma na ideação, tentativa ou suicídio dos indivíduos, podendo ser potencializada pelo tipo de sociedade reinante.

## 2.1 Suicídio e Religião

Durkheim (1982) observa de que modo os diferentes credos religiosos atuam sobre o suicídio e acredita que a influência do credo, seria muito poderosa a ponto de suplantar todas as demais influências. Em sua pesquisa ao examinar o mapa dos suicídios europeus, verifica que, entre alguns países católicos o suicídio é raro e entre alguns países protestantes o suicídio se eleva. Entre os judeus observa uma predisposição menor que a dos protestantes e inferior à dos católicos, embora em menor proporção. Portanto, conclui que, o judaísmo é entre todas as religiões a que registra menos suicídios entre os seus adeptos. Uma das explicações a partir das análises de Durkheim seria que, tanto os católicos, quanto os judeus, os credos foram minoria nos países pesquisados, sendo assim, quanto mais forem minorias, mais lutam para se manterem, e exercerem sobre si

mesmo um controle severo e se submetem a uma disciplina rigorosa, ou seja, quanto mais são intoleráveis, mais ficam firmes em uma moralidade religiosa.

Tanto o Protestantismo como o Catolicismo proíbem o suicídio com a mesma nitidez e a única diferença essencial está em que o Protestantismo admite o livre exame das escrituras dando ao seu adepto a participação na crença, sendo o catolicismo, um credo que oferece ao seu adepto uma fé pronta, sem exame. Nisto o pensamento sociológico Durkheimiano aponta que, a propensão do protestantismo pelo suicídio pode estar relacionada com o espírito de livre exame que atua nesta religião, deixando o membro mais reflexivo e menos cercado de rituais e hierarquias extensas e rígidas, presentes no catolicismo. No judaísmo, tem-se a explicação de pela perseguição sofrida pelo cristianismo, o que fez deles, um grupo, com sentimento de solidariedade de excepcional energia, com muita necessidade de lutar contra a animosidade generalizada e a própria impossibilidade de se comunicarem livremente com o restante da população, convertendo em pequenas comunidades compactas e fortes. Fica então que, a religião possui uma ação prolifática sobre o suicídio.

Epps (1957, *apud* ALMEIDA e ALMEIDA NETO. IN: MELEIRO, TENG E WANG, 2004) ao estudar em Londres mulheres presas por tentativas de suicídio, observa que entre aquelas que relataram possuir filiação religiosa, eram indiferentes à religião. Este exemplo histórico nos faz pensar que, o significativo no controle das ideações, tentativas ou mesmo o ato do suicídio, é o desenvolvimento de uma religiosidade durante a filiação religiosa. Existem vários modos de se medir a religiosidade de um indivíduo, e um deles, é a frequência às atividades de seu grupo religioso, diz Koenig (2000. In: MELEIRO,

TENG E WANG, 2004). Associando-se ao pensamento de Durkheim, tem se atribuído à religião uma proteção ao suicídio, pela sua possibilidade de integração social promovida pelas atividades religiosas. Existem duas dimensões integradoras da religião segundo o mesmo autor: as crenças e as práticas, quanto mais numerosas e fortes elas forem, maior será a integração da pessoa à vida do grupo e menor será a probabilidade de suicídio. Sua participação no grupo desenvolve sentido à sua vida ao se dedicar ao outro, construir ideologias.

Partilhando de outra visão a respeito da experiência do indivíduo em sociedade, temos a percepção Freudiana, vinda da psicanálise com reflexões sociais, apresentada na relação entre indivíduo e sociedade, onde a civilização e a sexualidade coexistem quase sempre em conflito deixando exposto que a repressão e a sublimação dos instintos sexuais, como sua canalização para o trabalho constituirão as principais causas das doenças psíquicas desta época. Revela que a condição moral de obediência imposta pela Civilização traz consigo a possibilidade de produzir hostilidades entre os indivíduos que se sentirem oprimidos e a impulsão de revoltas contra ela, pela sua pressão exercida, pelas superações constantes ao instinto humano, às forças da natureza, a quantidade de limitações. Surgem da própria civilização as fontes de sofrimento, que mantém seus objetivos claros: proteger os homens contra a natureza e os ajustar aos seus relacionamentos mútuos. (FREUD, 1996) e a Religião desenvolve-se, assim como, as civilizações, com a tentativa de dar ao indivíduo possibilidades de superação das forças esmagadoras superiores da natureza.

As ideias religiosas de forma geral são mantidas como o “mais precioso bem da civilização”. “São muito mais altamente prezadas do que todos os artifícios para conquistar tesouros da terra,

prover os homens com o sustento, evitar suas doenças, e assim por diante” (FREUD, 1996, p. 28 e 29). Estas ideias religiosas, portanto, surgem da mesma maneira da necessidade do surgimento da civilização, ou seja, “da necessidade de defesa contra a força esmagadora superior da natureza” tendo sua origem psíquica são expressas como ensinamentos: “ilusões, realizações dos mais antigos, fortes e prementes desejos da humanidade” (FREUD, 1996, p. 30 e 39).

A religião desempenha papel essencial no decorrer do desenvolvimento da civilização humana, como o impedimento da realização dos instintos e natureza, mas segundo Freud (2006) não conseguiu deixar o homem em estado de felicidade e nem mesmo confortável com as condições da civilização. É ela mesma “a neurose obsessiva universal da humanidade”, sendo os “ensinamentos religiosos relíquias neuróticas” e em sua percepção, “as verdades contidas nas doutrinas religiosas são deformadas e sistematicamente disfarçadas”, não deixando a massa identifica-las. (FREUD, 1996, p. 52-53). A influência religiosa, especialmente na infância, seria um elemento de retrocesso à criança, ao oferecer a ela respostas infundadas:

Os dois principais pontos do programa de educação infantil consistem no retardamento do desenvolvimento sexual e na influência religiosa prematura e quando o homem se propõe a aceitar sem crítica todos os absurdos e contradições das doutrinas religiosas, não devemos ficar surpresos com a debilidade de seu intelecto. (FREUD, 1996, p. 55)

Como podemos esperar que pessoas que estão sob domínio de proibições do pensamento atinjam o ideal psicológico, o primado da inteligência? (FREUD, 1996, p. 55)

Enquanto os primeiros anos de vida de uma pessoa forem influenciados não só por uma inibição sexual mental, mas também por uma inibição religiosa, e por uma inibição leal derivada desta última, não podemos realmente dizer a que ela se assemelha. (FREUD, 1996, p. 56)

Para Freud, a religião seria uma espécie de aprisionamento e empecilho ao desenvolvimento humano, mas que, serve a este homem como “um sistema de doutrinas e promessas que, por um lado, lhe explicam os enigmas deste mundo com perfeição invejável, e que, por outro, lhe garantem que uma Providência cuidadosa velará por sua vida e o compensará, numa existência futura, de quaisquer frustrações que tenha experimentado aqui.” (FREUD, 1996, p. 56) Esta providencia é comparada a um Pai com imenso poder que entende as necessidades dos homens. A religião, portanto, consegue poupar muitos de neuroses individuais, e oferece ao indivíduo que sofre na Civilização, “caminhos para aquisição da felicidade e da proteção contra o sofrimento”. Interessante verificar na análise feita por Freud que ele reflete os avanços conquistados pelos indivíduos através da Civilização, mas concomitante observa que, a felicidade não foi desenvolvida entre eles, pois, assim que houve o progresso técnico e científico teve-se também a criação de situações fruto deste progresso contrário ao bem-estar e sinaliza que a morte deste indivíduo seria sua real libertação:

Durante as últimas gerações, a humanidade efetuou um progresso extraordinário nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, estabelecendo seu controle sobre a natureza de uma maneira jamais imaginada. [...] Os homens se orgulharam de suas realizações e têm todo direito de se orgulharem. Contudo, parecem ter observado que o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjugação das forças da natureza, consecução de anseio que remonta a milhares de anos, não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderiam esperar da vida e não os tornou mais felizes. (FREUD, 1996, p. 94)

Em que consiste a vantagem de reduzir a mortalidade infantil, se é precisamente essa redução que nos impor a maior coerção na geração de filhos, de tal maneira que, considerando tudo, não criamos mais crianças que nos dias anteriores ao reino da higiene, ao passo que, ao mesmo

tempo, criamos condições difíceis para nossa vida sexual no casamento e provavelmente trabalhamos contra os efeitos benéficos da seleção natural? Enfim, de que nos vale uma vida longa se ela se revela difícil e estéril em alegrias, e tão cheia de desgraças que só a morte é por nós recebida como uma libertação? (FREUD, 1996, p. 95)

Há a partir das inserções teóricas do autor em sua obra o Mal-estar na civilização escrita às vésperas do colapso da Bolsa de Valores de Nova York, a ideia de que os indivíduos sentem-se desconfortáveis nesta civilização, que apresentariam em sua essência dicotomias, é uma necessidade, mas causa mal-estar, e o indício de morte é apontado como a saída de todos os males que a Civilização lançou, necessitando de dispositivos de proteção, a religião é um deles. Mais uma vez, a qualidade da moral introjetada no indivíduo está em jogo, ao desejar a evolução que seria a civilização, e vivenciar os seus privilégios, este indivíduo não consegue absorver as limitações, coerções, regras que ela traz em seu bojo e, ao não conseguir, entra em sofrimento, idealiza sua morte e chega-se ao ato em alguns casos. Ao mesmo tempo em que a civilização oferece modelos de comportamentos que nos permitem viver em sociedade num estado de normalidade e com seus avanços científicos e tecnológicos que distribuem confortos e bem-estar materiais, ela também, carrega seu caráter disciplinador e de restrições, os quais são lançados como moralidades durante o processo de socialização dos indivíduos. Isso causa impacto em suas vidas e a procura de saídas e mudanças, a morte está entre algumas delas.

A promessa pela eliminação deste sofrimento que o indivíduo vivencia nesta civilização é refletida por Paravidini e Gonçalves (2009) quando trazem a discussão sobre a internalização de um *ethos*

pelo Neopentecostalismo<sup>9</sup>, que dará as condições ao indivíduo para seu processo de subjetivação. Será um fenômeno religioso propulsor de uma lógica que estabelecerá a articulação do desamparo com a condição masoquista, ou seja, o indivíduo poderá obter a felicidade, mas, em troca deve estar em aliança societária com Deus, que o dará a condição de alcance de todas as bênçãos divinas, não havendo limites de concessões a ele, estar moralmente conforme as exigências bíblicas e a viver um compromisso pelas ofertas e dízimo na Igreja que está e passar a participar do processo de servidão ou de assujeitamento ao outro enquanto diretriz fundamental na inculcação subjetiva pelo neopentecostalismo. O sofrimento que o indivíduo porventura vier passar será atribuído a um ser personificado-espiritual – o diabo. Portanto, há uma consagração à absorção de regras necessárias para que o comportamento do indivíduo possa conseguir evitar os pecados e as seduções deste diabo, o responsável pelos males do homem e de onde se originam todos os seus problemas. Eis a moralidade fundamentando o comportamento do indivíduo.

A proposta verificada nesta forma religiosa gira em torno da eliminação do mal-estar e sofrimento dos indivíduos, da conquista da felicidade, do bem-estar, da inserção em materialidade que o mercado propõe, porém, com trocas em favor de tudo isso: o indivíduo deve renascer conforme a vontade da escritura, “esvaziar-se de si

---

<sup>9</sup> Características: Teologia do Domínio: cenário de permanente guerra espiritual entre Deus e o Diabo; Teologia da Prosperidade: a superação de estereotipados usos e costumes de santidade e sua organização empresarial. PARAVIDINI, João Luiz Leitão e GONÇALVES, Márcio Antônio. Neopentecostalismo: desamparo e condição masoquista. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza. Vol ix. N. 4, p. 1173-1202, dez/2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-6148200900400006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-6148200900400006). Acesso em 2017.

mesmo, que leia a Bíblia para que nela, pelo Espírito Santo, encontre a verdade” (MACEDO, 2005. In: PARAVIDINI e GONÇALVES, 2009) e deve adquirir comportamentos não vivenciados antes, sempre na busca da fuga dos pecados e da obediência às regras e normas colocadas como agradáveis a Deus, pois, o indivíduo deve sim, fazer um contrato com Deus, pelo recebimento de graças ilimitadas. Para conseguir a vitória deve desenvolver sacrifícios, renúncias de si mesmo, uma vertente encontrada também no Cristianismo: “o ascetismo cristão afinal tem como princípio fundamental que a renúncia se constitui o momento essencial que nos permitirá aceder à outra vida, à luz, à verdade e à salvação” (FOUCAULT, 2006. In: PARAVIDINI e GONÇALVES, 2009)

Entende-se que estas ideias religiosas levam o indivíduo a ficar, portanto, dependente de Deus para desenvolver seu bem estar na sociedade. Pensa-se que é neste momento que o desamparo pode ocorrer, pois, o risco de não ser correspondido existe. Desamparo este referenciado por Freud (1996, p. 24-25) ao descrever a existência de forças da natureza sobrepostas ao homem, as quais, não possui controle, ficando desamparado a quem as controle:

[...] a terra que treme, escancara e sepulta toda a vida humana e suas obras (...) o penoso enigma da morte, contra o qual remédio algum não foi encontrado e provavelmente nunca será. É com essas forças que a natureza se ergue contra nós, majestosa, cruel e inexorável; uma vez mais nos traz à mente nossa fraqueza e desamparo, do que pensávamos ter fugido através do trabalho da civilização.

Assim, os pedidos podem não serem atendidos por Deus. E como o indivíduo reage a esta situação de desamparo? Neste contexto pode-se fazer relação com que Carneiro (2003) expõe a

respeito da correlação entre Religião e Suicídio ao defender que pensamentos suicidas significativos são encontrados em pessoas religiosas em quantidade maior do que pessoas que se definem sem religião. Uma explicação seria que o pensamento suicida entre os religiosos seja maior pela pressão psicológica pessoal e social a que eles são submetidos por terem a seu favor o ser onipotente; enquanto que o ateu, não possui expectativa neste ser. Dessa forma, o religioso tende a desenvolver mais a ideação suicida e logo, desiste pelo temor e esperança e o ateu tende a desenvolver mais o ato suicida. (CARNEIRO, 2003). O indivíduo religioso espera ser atendido, desenvolvendo nele ansiedades para tal, e caso não seja atendido (desamparado) a vontade de matar-se pode fluir, ora, se ele deposita todos os seus sacrifícios a um Deus para que sua felicidade chegue, e ela não chega, este indivíduo produz questionamentos frente a si e frente à sociedade, numa espécie de coerção psicológica e constrangimento frente aos outros, afinal: o indivíduo com religião, de uma forma geral, é garantido e protegido por Deus, pois, fez um contrato. Entende-se que os desamparos podem vir não somente de Deus, da Religião, mas também, de outras formas as quais o indivíduo deposita sua confiança.

Uma saída ao indivíduo em desamparo é a construção do comportamento de servidão frente ao outro, ao procurar proteção, nisto instaura-se a condição de masoquismo. O indivíduo é levado na ânsia da procura pelo livramento do desamparo a submissões e assujeitamento variados.

Os discursos trazidos, particularmente pelo neopentecostalismo, bem como, pelas religiões de uma forma geral, com sua tentativa de inculcar, através de um contrato do indivíduo com Deus ao

produzir uma espécie de aliança, normas e regras conforme a suas determinações bíblicas no alcance do bem-estar, é lembrado como um *habitus*, um dos conceitos centrais e fundamentais em Bourdieu:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposição duradouros e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente reguladas e regulares, sem ser em nada produto, coletivamente orquestradas sem ser o produto a ação orquestrada de um maestro. (BOURDIEU, 2003, p. 76)

Os sistemas de disposições duradouras conforme referenciado acima são adquiridos durante o processo de socialização do indivíduo. A vida em sociedade supõe que o indivíduo seja socializado. O *Habitus* é essencialmente a grade de leitura pela qual percebemos e julgamos a realidade, é o produtor de nossas práticas. Define a personalidade do indivíduo. Temos, portanto, o *habitus* primário – família, educação ligada a uma posição de classe e o *habitus* secundário – escola. Tornam-se produto de nossas experiências passadas e presentes, sendo ele não congelado. O *habitus* garante a regulação da vida social e é um fator de reprodução social, como nos demonstra que,

[...] o homem é um ser social, que os comportamentos que lhe parecem mais naturais, como que inatos, são, na verdade, apenas o produtos de múltiplas aquisições sociais: a personalidade individual é apenas uma variante de uma personalidade social constituída na e pela filiação a uma classe social. Sem segundo lugar, permite compreender a lógica das práticas coletivas e individuais, aquele sentido do jogo social, que nos permite agir em diferentes campos. Também explica os mecanismos da reprodu-

ção social: por interiorização da exterioridade e pela exteriorização da interioridade. (BOURDIEU, 2003, p. 91)

O neopentecostalismo e demais religiões repassam ao indivíduo discursos encantadores, ao proporem trocas, e o fazem a partir de forças e certezas passadas ao indivíduo como algo que realmente vai acontecer, basta que ele exercite sua fé. Esta fortificação vinda da religião, pode ser associada a ideia da Religião conforme Bourdieu, que compõe (2003, p. 12-13) os sistemas simbólicos como estruturas estruturantes, pois, são já, sistemas estruturados na sociedade conjuntamente com suas ideologias. Estes sistemas simbólicos

[...] distinguem-se fundamentalmente conforme seja produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo: a história da transformação do mito em religião (ideologia) não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos religiosos, quer dizer do progresso da divisão do trabalho religioso, que é, ele próprio, uma dimensão do progresso da divisão do trabalho social [...].

As ideologias desenvolvidas, portanto, nos sistemas simbólicos são “duplamente determinadas: elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (...)”. (BOURDIEU, 2003, p. 13) No desenvolver destas ideologias, ocorre a imposição “de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas...” (BOURDIEU, 2003, p. 14). Portanto, os sistemas simbólicos possuem sua força respaldada ideologicamente em manifestações de formas “irreconhecíveis de relações de sentido”. (BOURDIEU,

2003) Disto resulta a aplicação, conforme o mesmo autor, do poder simbólico, poder subordinado e irreconhecível, assumindo o caráter de violência simbólica, desconhecida por quem a recebe como uma violência, dispostas em formas variadas de imposição de ideias preconcebidas ou crenças estabelecidas. Os discursos religiosos, no caso do neopentecostalismo e outras religiões se dão a quem os procuram e como a busca se dá pela ânsia do encontro com a felicidade, quem procura acaba desenvolvendo todos os pedidos para encontrar de fato esta felicidade e se livrar do sofrimento. Dessa forma estabelece-se o poder e a violência simbólicos num estágio camuflado, apontados em Bourdieu. A teoria do Habitus nos permite pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo. Delineia, dessa forma, elementos para entender a busca incessante por religiões e caminhos que levam à prática do suicídio.

## Considerações finais

Percebe- como o Suicídio é amplamente inserido nos discursos religiosos, especificamente aqueles que trazem as ideias cristãs de religião e como a prática de se matar fica direcionada pela Religião como uma estrutura social que fornece aos indivíduos que nela se inserem, moralidades, o que nos remete às análises desenvolvidas por Durkheim que atribuiu ao aumento do índice de suicídio a baixa nas inserções de moralidades na vida dos indivíduos fornecida especialmente pela Religião. Religião esta percebida por Oliveira<sup>10</sup> como um dos elementos presentes na condição humana emergente:

---

<sup>10</sup> José Lisboa Moreira de Oliveira. **Antropologia da Religião**. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Pró-Reitoria de Extensão (Proex). Diretoria de

Para entender a condição humana nos seus aspectos mais profundos e misteriosos, nós certamente devemos levar em conta a religião. Esta ajuda a formar estruturas imaginativas e elementares sobre como nos orientamos ou deveríamos nos orientar no cosmos. A religião dá forma e ensaia no ritual nossos mais importantes laços, uns com os outros e com a natureza, e provê a lógica tanto ao porque destes laços serem importantes como ao o que significa estar comprometido com eles (NEVILLE; WILDMAN, apud NEVILLE, p. 37).

A religião, dessa forma, está amplamente inserida e relacionada à condição de existência do indivíduo, está antropologicamente inserida na existência humana. É um fenômeno humano. O indivíduo a utiliza como instrumento de inserção, reprodução, manutenção de ideias que o direciona em suas possíveis indagações. Faz esse caminho da forma como consegue e a partir dos significados que elaboram. A religião em seu aspecto e dimensão geral faz-se assim como sistema de representação e sistema cultural ao longo do desenrolar da humanidade.

Küng, (2003, p. 85-86)<sup>11</sup> traz a ideia de religião em amplo entendimento não somente como opressora, mas como libertadora também. É a procura desta libertação que os indivíduos estão indo em direção, buscam uma libertação de opressões sociais, cotidianas. Além da religião, há de entender como se dão outros processos de internalização e buscas pelos indivíduos, tais: a experiência religiosa e a religiosidade.

A experiência religiosa é a experiência do transcendente e da transcendência, ou seja, aquela “capacidade, típica do ser humano, de

---

Programas de Pastoral (Dipas). Centro de Reflexão sobre Ética e Antropologia da Religião (Crear). Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/000/14/PDF/antropologiadareligiao.pdf>. Acesso em: set. 2018.

<sup>11</sup> Idem.

sair para fora de si, do seu corpo, da sua situação humana, através da reflexão, do pensamento, do sonho, da imaginação” (SCHIAVO, p. 65, apud OLIVEIRA<sup>12</sup>). A religiosidade, segundo Oliveira se faz na manifestação da experiência religiosa, da experiência da transcendência, feita por pessoas e grupos e expressa nas suas diversas formas individuais e culturais (orações, crenças, festas, celebrações, símbolos, ritos, rituais etc.) e a religião, por sua vez, é a institucionalização da experiência religiosa e da religiosidade, a padronização do caminho para a relação com o Transcendente, feito por um grupo social ou cultural.

Segundo Dias (1991, p. 56) em “sociedades do oriente e tribais, o suicídio tem um valor positivo, é valorizado e, por vezes encorajado. No oriente, ele é visto por muitos como um ato honroso, como uma demonstração de fidelidade, disciplina e boa índole”, e pelo direito de morrer do indivíduo. Apresenta-se em algumas sociedades tribais como possibilidade de indivíduo se readaptar, caso ele sobreviva ao ato, ou no imaginário do povo, caso efetive o suicídio. Ocorre nas sociedades ocidentais a visão do suicídio como um fenômeno constituído de tabus e de possibilidade de negação do sofrimento, dor e morte, bem como, acompanhado de punições sociais incluindo religiosas, vergonha e culpa para quem o pratica, como pode-se verificar no caso do Brasil em seu Código Penal, artigo 122 que prevê punição para aquele que conduz alguém ao suicídio ou colabora com ele, sendo o indivíduo que pratica o suicídio não punido pela lei, mas estigmatizado como doente.

---

<sup>12</sup> José Lisboa Moreira de Oliveira. **Antropologia da Religião**. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Pró-Reitoria de Extensão (Proex). Diretoria de Programas de Pastoral (Dipas). Centro de Reflexão sobre Ética e Antropologia da Religião (Crear). Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/000/14/PDF/antropologiadareligiao.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

O ato do suicida revela em muitos casos o seu sacrifício em morrer para que o outro não seja prejudicado, como se o suicida quisesse sair de cena, pois, ele é o culpado pelo problema existente ou por ser frágil e não conseguir suportar a realidade e Dias (1991, p. 110)) em seus estudos demonstra que este auto sacrifício está presente na ideologia da religião católica, por exemplo, ao expressar aos seus membros que “o martírio facilita a entrada no reino dos céus. Se o indivíduo vê a vida como um carregar a cruz, ela passa a ser encarada como um ritual de sacrifícios”.

O suicídio, portanto, como ato humano, passa pela existência do indivíduo que, em sua naturalidade poderá recorrer a um socorro espiritual apresentado por alguma religião. Concomitante a esta percepção, o suicídio pode ser construído por elementos de honra e glória para aquele que o comete, deixando a visão do ato do suicídio como meramente uma fraqueza que necessita de um remédio para curá-lo.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOFF, Leonardo. Ethos Mundial. **Um consenso mínimo entre os Humanos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Distinção**. Crítica social do Julgamento. Porto Alegre: 2017.

DIAS, Maria Luiza. Suicídio. **Testemunhos de Adeus**. São Paulo: editora brasiliense, 1991.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREUD, Sigmund. O Futuro de uma Ilusão, O Mal-Estar na civilização e outros Trabalhos (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- MARX, Karl. Sobre o Suicídio. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MELEIRO, Alexandrina; TENG, Chei Tung; WANG, Yuan Pang. Suicídio. Estudos Fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004.
- PIETRAFESA, José Paulo, et al. **Do Contexto ao Texto**. Anápolis: Unievangélica, 2006.
- QUINTANEIRO, Tania, *et al.* **Um Toque de Clássicos**: Marx. Durkheim e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- ROOSEVELT, M.S. Cassorla. **Do Suicídio**. Campinas: Papyrus, 1991.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 1. São Paulo: Editora UnB, 2004.
- CARNEIRO, Anna Bárbara de Freitas. Reverso. Belo Horizonte. Ano 365. N. 65. P 15-24. Julho, 2013. **Suicídio, religião e cultura: reflexões a partir da obra “Sunset Limited”**- [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952013000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952013000100002). Acesso em: 2017.
- TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. Interface. Comunicação, Saúde, Educação. V. 6. N. 11. P. 143152. Agosto, 2002. **Três fórmulas para compreender “O suicídio” de Durkheim**. Ricardo Rodrigues Teixeira. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832002000200021](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832002000200021). Acesso em 2017.
- RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Revista Latino Americana. Psicopat. Fund. São Paulo. V. 12. N.4. p. 698-713. Dezembro, 2009. **Suicídio e sociedade**: um estudo comparativo de Durkheim e Marx. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415->

-47142009000400006&script=sci\_abstract&tlng=pt. Acesso em 2017.

PARAVIDINI, João Luiz Leitão e GONÇALVES, Márcio Antônio. Neopentecostalismo: desamparo e condição masoquista. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza. Vol ix. N. 4, p. 1173-1202, dez/2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482009000400006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000400006). Acesso em: 2017.

CHRISTANTE, Luciana. **Com Sem saída**. Disponível em: <https://www.unesp.br/aci/revista/ed13/com-saida>. Acesso em: out. de 2017.

ACESSO DE JOVENS AO ÁLCOOL E DROGAS. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/08/26/inter\\_na\\_nacional,797707/aumenta-acesso-de-jovens-a-alcool-e-drogas-revela-ibge.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/08/26/inter_na_nacional,797707/aumenta-acesso-de-jovens-a-alcool-e-drogas-revela-ibge.shtml). Acesso em: out. de 2017.

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. *Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada* [Internet]. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2016 [citado 2017 set 19]. 92 p. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_instrutivo\\_violencia\\_interpessoal\\_autoprovocada\\_2ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf).

Informe Técnico. N. 15/2017. Ministério da Saúde/Sistema de Informações sobre Mortalidade. Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/informestecnicos/15-Suic%C3%ADdios%20em%20Goi%C3%A1s-201709.pdf>. Acesso em> mar. de 2018.

Portaria MS. N. 1.271/2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271\\_06\\_06\\_2014.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html). Acesso em: mar. de 2018.

**Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde.** Volume 48. Nº 30 – 2017. ISSN 2358-9450. Disponível em: [portalms.saude.gov.br](http://portalms.saude.gov.br). Acesso em: mar. de 2018.

Julio Jacobo Waiselfisz. Mapa da Violência. Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO BRASIL, 2014. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil\\_Preliminar.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf). Acesso em: mar de 2018.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria GM/MS Nº 2325 de 08 de dezembro de 2003), mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Disponível em: <https://artedecuidar.webnode.com.br/products/sistema%20nacional%20de%20agravos%20de%20notifica%C3%A7%C3%A3o%20%28sinan%29/>. Acesso em: abr. de 2018.

José Lisboa Moreira de Oliveira. **Antropologia da Religião.** UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Pró-Reitoria de Extensão (Proex). Diretoria de Programas de Pastoral (Dipas). Centro de Reflexão sobre Ética e Antropologia da Religião (Crear). Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/000/14/PDF/antropologiadareligiao.pdf>. Acesso em: set. de 2018.